

## MUQUIFU e NegriCidade: táticas dos povos pretos para que culturas soterradas possam emergir na cena pública

Mauro Luiz da Silva<sup>1</sup>  
Rafaela Pereira Lima<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo discute o MUQUIFU e o NegriCidade, iniciativas coletivas que buscam dar visibilidade à cultura de povos pretos cujas memórias são invisibilizadas e cujos territórios foram soterrados em processos radicais de gentrificação ocorridos ao longo da criação e da expansão de inúmeras cidades mineiras. Tratamos, especificamente, do principal processo de mobilização social em curso no NegriCidade: a busca por contar, sob a ótica dos dominados, a história de Belo Horizonte, cidade planejada, erguida no final do século XIX sobre os escombros das casas, espaços de sociabilidade e de fé dos povos que viviam na região. O Arraial dos Pretos, povoado pobre que existia no local, foi devastado para dar lugar à Cidade dos Brancos. A partir da antinomia entre cidade dos brancos, revelada e visível, e cidade dos pretos, soterrada e invisível, o artigo trata das condições de publicidade dos processos de comunicação para a mobilização social.

### Palavras-chave

Comunicação para a mobilização social; luta antirracista; memória afro-brasileira; cultura afro-brasileira; Arraial do Curral Del Rey.

Belo Horizonte (BH) é considerada a primeira cidade planejada em período republicano, construída com ares de modernidade, para a chegada do século XX, inaugurada antes da aclamada *virada do século*. Uma grande inspiração para o projeto urbanístico da nova capital dos mineiros foi Paris, que teve como prefeito George Eugène, conhecido na época como o *artista demolidor*, que jogou abaixo parte da velha Paris.

BH foi, assim, a primeira cidade brasileira a adotar o modelo europeu, que se tornava hegemônico na segunda metade do século 19, de uma cidade “delineada com a mais moderna técnica, voltada para construir um ambiente urbano salubre, aberto, onde o controle tanto de endemias quanto de pessoas fosse possível” (CARVALHO, 2005).

---

<sup>1</sup> Fundador e curador do MUQUIFU. Coordenador do projeto NegriCidade, de mobilização pela memória dos povos pretos soterrados. Sacerdote católico vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte. Doutor e Mestre em Ciências Sociais, pós graduado em Psicopedagogia, graduado em Filosofia e Teologia (PUC Minas) e Storia e Tutela dei Beni Culturali (Padova/Italia). Professor no Instituto de Pesquisa Pretos Novos, no Rio de Janeiro/RJ.

<sup>2</sup> Fundadora e presidente da organização da sociedade civil Agência de Iniciativas Cidadãs (Belo Horizonte). Colaboradora do Muquifu. Graduada em Comunicação Social e mestre em Ciência da Informação pela UFMG. Doutoranda do PPGCOM-UFMG e integrante do IPÊ – Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas, da UFMG.

Na metrópole planejada, havia um claro limite entre cidade, subúrbio e área rural, e entre quem era e quem não era considerado cidadão. A Comissão Construtora da Nova Capital traçou a Avenida do Contorno para separar a Zona Urbana da Zona Suburbana. A Zona Urbana era destinada aos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos, que tinham ali acesso às estruturas de água, esgoto, calçamento, arborização e recolhimento de lixo. A Zona Suburbana, com estrutura precária, era destinada às pessoas pobres – a maior parte delas, pessoas negras. A Avenida do Contorno é, assim, uma *muralha invisível*, que circunscreve um território interdito às populações negras da capital.

Mas eram justamente as pessoas negras, descendentes dos africanos escravizados, a população majoritária do Arraial do Curral Del Rey, povoado pobre, surgido no início do século XVIII, no entreposto do caminho entre Vila Rica e Sabarabuçu, que foi demolido para a construção da nova capital mineira. Os habitantes do arraial dos pretos foram expulsos para fora dos limites da cidade planejada.

Porém, o processo de gentrificação seria ainda mais radical: as casas, os espaços de sociabilidade e de fé, além de cemitérios do extinto Arraial se tornaram meros escombros, sem nenhum tipo de reconhecimento como patrimônio histórico, como materialização da memória de um povo que ali viveu. As edificações da cidade foram erguidas sobre os territórios dos pretos, que foram tratados como tivessem sido, desde sempre, apenas pó.

Até onde nossas pesquisas apontam<sup>3</sup>, debaixo do asfalto cinza da cidade dos brancos, jazem corpos negros esquecidos, por mais de um século, tendo sido cancelada cada referência à sua existência, destruída a sua igreja, abandonado o seu cemitério, renomeadas as suas ruas e os espaços urbanos, em um processo cruel de ocultamento intencional das memórias negras da cidade, consideradas, até hoje, memórias incômodas. Os homens brancos tentaram apagar os vestígios dos seus crimes, ao silenciarem de forma perversa, coerente, sistemática e contínua as memórias negras e indígenas do território, ainda hoje soterradas sob esse solo.

O par antinômico revelado/visível *versus* soterrado/invisível resume, por toda a história e até os dias atuais, a lógica da segregação racial que se expressa na cidade, definindo de forma dura as vidas que importam, existem e são visíveis para a cidade, e as vidas tidas como sem valor, desconsideradas e tornadas invisíveis pela e para a cidade.

---

<sup>3</sup> Vide SILVA, 2021.

A destruição dos territórios e dos símbolos da cultura, bem como a construção de narrativas históricas nas quais os povos dominados são apagados, são mecanismos centrais de processos de dominação calcados na lógica do colonialismo. Mas os povos dominados não se curvam facilmente, e nem totalmente, à dominação. Tensões e resistências teimam em contestar a ordem imposta pelo colonizador. Tomando o solo como uma metáfora da sociedade, ainda que ele seja uma superfície aparentemente dura, estável e sem movimento, não podemos nos esquecer de que, sob ele, placas tectônicas se movem lentamente e, de tempos em tempos, irrompem terremotos e vulcões<sup>4</sup>.

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos - MUQUIFU e o Projeto de Pesquisa e Centro de Documentação NegriCidade são duas lutas que irrompem em BH para revirar a cidade do avesso, na perspectiva que parte de baixo para cima do asfalto cinza, pra fazer emergir a cultura e a memória dos povos pretos.

### **MUQUIFU: pelos patrimônios dos povos pretos**

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos foi criado em 2012, em Belo Horizonte, no Aglomerado Santa Lúcia. Tem como vocação garantir o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio das favelas, os verdadeiros quilombos urbanos do Brasil: lugares não apenas de sofrimento e de privações, mas, também, de memória coletiva digna de ser cuidada.

Segundo o artigo 216 da nossa Constituição, o patrimônio cultural diz respeito aos bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>5</sup>. E tal patrimônio engloba “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver (...) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”<sup>6</sup>.

Os negros escravizados e seus descendentes, expulsos das cidades em direção às vilas, favelas e aglomerados ao longo de toda a história, têm formas de se expressar, criar, fazer e viver de grande importância para a construção da cultura brasileira. Contudo, esse patrimônio ainda está pouquíssimo representado na História oficial e nos espaços museológicos do nosso

---

<sup>4</sup> Devemos essa metáfora tão bonita a Áurea Carolina de Freitas, ativista dos movimentos juvenis, que a utilizou numa entrevista a Rafaela Lima para dizer que, apesar das grandes dificuldades e dos lentos são os avanços, as lutas sociais carregam potência transformadora e esperança.

<sup>5</sup> Cf [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 05 mar 2023.

<sup>6</sup> Idem.

país. Se a memória coletiva desse povo não é sequer reconhecida como patrimônio, algo precisa ser feito. O MUQUIFU foi criado para tirar essa memória da invisibilidade e do esquecimento.

Museu de território e comunitário. Instrumento de resistência diante do risco iminente de expulsão dos favelados dos centros urbanos. Ação contínua de reconhecimento e preservação do patrimônio, das histórias, das memórias e dos bens culturais dos moradores dos Quilombos Urbanos e Favelas de Belo Horizonte. Fortemente ancorado nessas propostas, o MUQUIFU tem resistido ao longo de mais de uma década de vida. A importância de seu acervo para a memória da cultura popular de Belo Horizonte contrasta com a falta de recursos para a manutenção da estrutura e a garantia das condições de visitação. Mas, apesar de tudo e contra tudo, ele segue sendo um espaço aberto, acolhedor e que conta as histórias que não costumam ser contadas.

O acervo do MUQUIFU reúne objetos, fotografias, imagens de festas, danças, celebrações, rituais e histórias que representam a tradição e a vida cultural dos moradores das diversas favelas e quilombos urbanos do Estado de Minas Gerais.

Esse museu singular, como não poderia deixar de ser, tem um modo particular de colecionar e expor. Ele inaugura uma proposta do que o coletivo responsável vem chamando de “Museologia Vegana”. Não são acolhidos, no acervo e nas exposições, objetos de tortura e suplício. Entendemos o Veganismo como um modo de viver que exclui todas as formas de exploração e crueldade contra animais para a alimentação, vestuário e qualquer outro propósito, dentre os quais incluímos os modos do fazer museal.

Levando-se em conta que visitar museus é algo que se tornou parte do cotidiano de muitas pessoas, essa atividade – antes uma missão apenas relaxante e prazerosa – torna-se tarefa dolorosa, quando aprofundamos e buscamos compreender tais experiências. Além disso, ao observamos os prédios que abrigam certos museus, sejam eles modernos ou de arquitetura colonial/escravista, percebemos que não acolhem a variedade de corpos que também deveriam frequentá-los: corpos pretos, indígenas, transgêneros etc. Consideramos que tais espaços são lugares tenebrosos, que silenciam muitas informações, histórias e memórias.

Em 2020, o Educativo do MUQUIFU visitou o Museu Mineiro<sup>7</sup>, trocando experiências, participando de alguns processos e reflexões sobre o acervo e a forma de atuação daquela instituição. Uma das exposições estava em processo de montagem, o que nos possibilitou uma

---

<sup>7</sup> Vide ESTADO DE MINAS, 2021.

imersão no modo de colecionar e expor daquele museu. A exposição em questão teve a duração de apenas um mês e tratava-se de uma prestação de contas da instituição, em relação a um conjunto de 44 objetos que, por 20 anos, permaneceram na situação de “Empréstimo” e que, em 2020, foram doados para o Museu Mineiro, gerando a necessidade de organização da exposição “Amigas da Cultura”. A exposição apresentou o conjunto de objetos constituída por 40 obras sacras/litúrgicas e quatro instrumentos de suplício e tortura de escravizados.



Fonte: Foto de Divulgação - Museu Mineiro (2021)

Ainda que a denúncia aos horrores da escravidão seja muito necessária, nos incomoda que a alusão ao negro, nos acervos, seja via de regra a partir dos objetos de tortura por meio dos quais a escravização se impôs. Exibir esses objetos é revitimizar a população afro-descendente.

As coleções e exposições no MUQUIFU têm outra relação com a memória dos povos escravizados, bem como com os descendentes de tais povos. Queremos afetar essas pessoas numa perspectiva oposta à da violência: numa perspectiva de afetividade. Afinal, a palavra quilombo não está por acaso no nome desse museu. Do período colonial aos dias atuais, quilombo é sinônimo de espaço de resistência à escravidão, de luta pela libertação da opressão. É o que destaca Helena Theodoro, que lembra que, na concepção africana, essa palavra remete ao território “como espaço a ser cuidado, como lugar para se construir e preservar, além de ser o lugar que aglutina a todos que nele residem, dentro da filosofia ubuntu: minha existência está conectada à do outro”<sup>8</sup>.

Alicerçados no afeto, nos dedicamos a um processo de escuta, que tem gerado uma forma única de colecionar e expor, contribuindo com a construção das narrativas invisíveis nos museus tradicionais.

<sup>8</sup> Cf <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opinio/colunistas/os-quilombos-e-a-pratica-da-liberdade/>. Acesso em 05 março 2023.

Nosso modo de enxergar e o outro tem sido aprendido em diálogos como o que tivemos certa vez com Dona Jovem, à época coordenadora do grupo Comunidade Maria Estrela da Manhã, parceiro do MUQUIFU. Conversávamos à porta do museu e ela, olhando em direção à sua casa, comentou: “Quando eu voltar pra minha casa, quero passar na casa da minha vizinha. Ela deve estar com algum problema”. Admirados, perguntamos: “Como assim, Dona Jovem? Por que a senhora acha que a sua vizinha está com algum problema?”. Ela, do alto de sua sabedoria, respondeu: “É porque já faz alguns dias que ela não coloca roupa no varal”. Diante do inexorável, só nos restou o silêncio fecundo. Apresentava-se ali, naquele momento, uma forma de contemplar o mundo através de novos códigos e possibilidades de interpretação da realidade.



Padre Mauro e Dona Jovem  
Foto: Cleiton Gos (2018)

Alguém já viveu essa experiência de profunda empatia, que viabiliza vínculos afetivos que superam laços de consanguinidade, ultrapassa limites territoriais e sociais, com essa capacidade de olhar o mundo através do lugar do outro? Quem de nós é capaz de *ler o mundo* da outra, do outro através das roupas penduradas no varal? O MUQUIFU, este museu em construção, quer ser o lugar da escuta, da mediação e da acolhida afetuosa.

O projeto expográfico do MUQUIFU vai na contramão da representação museal e imagética baseada no colonialismo português. É por isso que não expõe objetos de tortura ou suplícios. As imagens dos homens negros e das mulheres negras, e de outras formas de existir, estão representadas na diversidade de práticas culturais vivas, na herança de conhecimentos tradicionais e populares, na luta pelos direitos culturais; sobretudo, na reivindicação do direito à cidade.

### **NegriCidade: pelos povos pretos soterrados**

O MUQUIFU existe para que os conhecimentos, a cultura e a arte da população preta e periférica seja reconhecida como parte da memória e da vida da cidade. O direito humano mais elementar é esse: o de existir e ser reconhecido como parte da humanidade. Algo tão elementar,

contudo, não é garantido à população negra. Por meio da cultura e do patrimônio vivo, enfrentamos essa barbárie.

Foi por isso que o MUQUIFU organizou o Projeto NegriCidade, unindo as pesquisas sobre os Territórios Negros Soterrados e a criação de um Centro de Referência e Documentação. Na empreitada, iniciada em 2018, nossa busca é por mostrar que a cidade de Belo Horizonte não foi erguida numa região desabitada: ela transformou um povoado preto em destroços e ergueu a cidade sobre escombros das casas, espaços de sociabilidade e de fé dos povos que viviam na região. Mais do que espaços, corpos também foram soterrados: cemitérios de pessoas pretas, situados ao lado das capelas demolidas, foram simplesmente cobertos por ruas, avenidas e edificações. Corpos que ali jaziam foram tratados como dejetos. O que antes eram lápides passou a ser vala comum.

São territórios, pessoas e memórias soterradas. Pedra, terra, restos humanos, fragmentos do que um dia foram moradas e espaços do viver cotidiano. Tudo se misturou ao indistinto pó sob o chão da metrópole.

O trabalho do NegriCidade é ir em busca desses territórios soterrados. Das histórias de cada casa, de cada espaço da fé religiosa, de cada pessoa que ali viveu, de cada cemitério. Dos objetos, pedaços de edificações, corpos que estão sob o asfalto de BH. O projeto identifica patrimônios que foram destruídos e vai em busca do poder público, para que sejam reconhecidos.

Foi o que aconteceu com o Largo do Rosário, que existiu onde hoje é o hipercentro de Belo Horizonte. Ali, ficava a Capela do Rosário dos Homens Pretos, um pátio de mesmo nome, além de um cemitério com 60 sepulturas. As edificações, ligadas à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, foram demolidas e o cemitério simplesmente soterrado. Entre 2018 e 2019, o NegriCidade realizou três ocupações no local, que juntaram lideranças culturais e religiosas dos mais diversos matizes para denunciar essa brutal violação do direito à memória e exigir que o Largo fosse reconhecido como Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

Em diversos pontos da cidade, o mesmo se repete. Patrimônios dos povos pretos foram simplesmente soterrados. O mesmo se dá em muitas e muitas cidades espalhadas pelo Brasil e por tantas outras terras colonizadas. O NegriCidade segue buscando, em BH e redondezas, identificar os territórios e as expressões culturais soterradas, e reivindicar o reconhecimento público delas.



O NegriCidade se faz, assim, uma mobilização pelo Afro-patrimônio, que denuncia e exige o fim de lógicas racistas definindo quem merece contar na história e na vida da cidade. É um ato de resiliência, uma ação de resgate que exige uma tomada de posição diante do questionamento: estamos prontos para escutar o grito dos quilombos? Não existem respostas prontas para questionamentos dessa natureza. Existe sim um constante perguntar-se a respeito do vivido no passado, que tem repercussões no presente e pode gerar graves consequências para o futuro. Nos perguntamos, ainda hoje: quando esse território foi ocupado? Quem chegou aqui antes de nós? Para além do mito da fundação da cidade, da chegada do Bandeirante João Leite da Silva Ortiz, conversamos com Fernando Costa<sup>9</sup>, que nos informa:

O assédio aos sertões mineiros teve início nas primeiras décadas do século XVII e atingiu seu apogeu em menos de 50 anos. As terras da região foram tomadas de assalto em ações coloniais, as bandeiras paulistas, que eram tropas paramilitares constituídas em sua maioria por mamelucos, que capturavam indígenas, sempre em busca de riquezas minerais e conquista de territórios. No Arraial do Curral Del Rey a fundação se deu por mamelucos, mas o povoado foi construído e habitado por negros. Com a chegada da Comissão Construtora, estes negros, até então habitantes do antigo Arraial, foram banidos pela ação higienista do estado para as periferias e favelas da nova capital. Meio século depois, seus descendentes foram segregados pela ação da Igreja, que proibiu que seus festejos fossem realizados nos templos de Belo Horizonte (COSTA, entrevista realizada por Mauro Luiz da Silva, em 3/3/2023).

O que foi feito em relação aos nossos antepassados escravizados, povos e nações africanas continua nos interpelando e vem se tornando cada vez mais presente em nossas lutas cotidianas na busca da erradicação de qualquer forma de racismo na sociedade atual. Tal realidade exige de nós uma mobilização em torno do resgate de tais patrimônios. Não há como aprender lições importantes da História se as memórias estão soterradas. É preciso tirá-las da vala comum do esquecimento. Nossa luta em direção à concretização desse ideal partiu simbolicamente do antigo Largo do Rosário, no interior da cidade planejada, cruzamento das ruas da Bahia e dos Timbiras – que finalmente foi, no dia 13.05.2022, registrado como Patrimônio Cultural da Cidade de Belo Horizonte.

### **Mobilização social: pela flor que irrompe do asfalto**

“As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que as vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (LORDE, 2019, p. 137). Assim nos fala a escritora e ativista Audre

---

<sup>9</sup> Fernando Walter da Silva Costa é historiador e arqueólogo. Ele atua no MUQUIFU e no Projeto de Pesquisa NegriCidade.



Lorde, que por toda a vida lutou contra as opressões relacionadas a raça, gênero e orientação sexual. Lorde vai além e nos diz que as pessoas que estão fora das estruturas vigentes devem se unir para definir e buscar, juntas, um mundo em que todas possam florescer.

A metáfora do florescer de Lorde nos lembra a do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, e também o que buscamos para os povos soterrados:

Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralise os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.

*Versos do poema “A flor e a náusea”*  
Carlos Drummond de Andrade (1983, p. 162)

MUQUIFU e NegriCidade são iniciativas lideradas por coletivos populares, de pessoas negras e periféricas, que se juntaram para construir uma museologia que acolha, reconheça, valorize e dê visibilidade ao patrimônio de seu povo. Os cânones da museologia tradicional têm as bases estabelecidas em moldes europeus e coloniais, nos quais os fazeres e os saberes dos povos subalternizados usualmente não têm lugar, exceto como um registro do *exótico*.

A radicalidade da exclusão dos povos pretos na ordenação do mundo feita pelos brancos é tal que é considerado natural demolir e soterrar um povoado de pretos. Nossa história é ainda tão moldada pela cultura escravagista que naturaliza violências profundas como essa.

MUQUIFU e NegriCidade são flores que irrompem e instauram fissuras no asfalto que soterrou os povos pretos. E fissuras, se persistem e avançam, levam a rupturas. São, ainda, como já dissemos, o imperceptível movimento de energias profundas que, por vezes, irrompem com toda a força. Essas duas ações de mobilização social insistem em dizer que aqueles povos não foram completamente soterrados, pois há quem busque por eles e reclame suas memórias, e que não estão invisíveis, pois há quem os enxergue e insista em buscar os seus vestígios.

Segundo Henriques (2017), nisso consiste a mobilização social. Uma coletividade se vê afetada por uma problemática que entende como de interesse amplo da sociedade, e passa a agir pela construção de uma percepção generalizada de que tal problema é de interesse público e que, portanto, é preciso agir para transformar aquela realidade. Daniel Cefaï, por sua vez, nos afirma que um problema público é uma perturbação, “um incômodo que provoca uma arena pública com sensibilizações, preocupações, com a mobilização de investigações, experimentos”

(CEFAI, 2013). Vale a pena listarmos aqui as interessantes palavras que o dicionário nos apresenta como sinônimos de perturbação<sup>10</sup>: desarranjo; tanstorno; confusão; alteração; desordem; tontura; comoção; agonia. Perturbar, por sua vez, tem o sentido de “mudar, resolver ou alterar a ordem, o concerto, a quietação ou sossego de”; “abalar, agitar, transtornar”.

Ainda que o racismo seja um pilar estruturante da conformação da sociedade brasileira, não somos um povo propenso a admiti-lo. Seja na expressão mais corriqueira da discriminação tornada trivial nos hábitos cotidianos, seja na sua face mais hedionda, em que se expressa como “banalidade do mal”<sup>11</sup>, como é o caso do que ocorreu com os territórios soterrados, o racismo é uma chaga que nosso país teima em ignorar ou mesmo negar.

Soterrado pode ser uma boa metáfora para o modo como lidamos com nossa história e nosso presente impregnados pelo racismo. Desenterrar o que ninguém está disposto a reconhecer que existe ou enxergar é muito difícil.

Mas é preciso sim desarranjar as coisas, gerar desassossego, abalar, agitar, transtornar. A mobilização antirracista torna problemático o que, apesar de injusto e violento, é tido como normal e aceitável. Denuncia como ilegítimas violências tão reiteradas que soam como legítimas. Convoca a cidade a se repensar, ao escancarar a outra cidade, enterrada.

Quando o que era naturalizado é reivindicado como problemático, um campo de controvérsia, de disputa de sentidos – e de possibilidades de reconfiguração dos sentidos – se institui. Para um público que se constitui em torno de uma causa e que busca instituir um processo de mobilização social, esse momento de desestabilização do sentido é fundamental. É preciso agir para que a problematização, ao invés de arrefecer, ganhe força.

A problematização emergente é um momento decisivo para a ação porque ela instaura uma experimentação – por sentidos, atos e palavras –, uma busca por reconfiguração dos sentidos desestabilizados. Assim, os públicos precisam agir para

reenquadrar a situação e suas perspectivas sobre a situação. O que significa que eles começam a duvidar, questionar, discutir, criticar, denunciar, reivindicar; que eles põem em questão suas capacidades, hábitos, crenças e moralidades, deles e dos outros; que eles exigem uma outra distribuição de lugares, uma outra hierarquia de prioridades, uma outra divisão de trabalho ou uma outra repartição do poder. No fim das contas, eles pressionam

---

<sup>10</sup> Os sinônimos de perturbação e perturbar foram extraídos de: <https://dicionario.priberam.org/perturba%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 05 março 2023.

<sup>11</sup> Expressão criada por Hannah Arendt (1999) para definir o comportamento de Karl Adolf Eichmann, burocrata a serviço de Hitler que encaminhou milhares de judeus à morte. Arendt nos conta que Eichmann, ao contrário do que ela esperava, não tinha um perfil demoníaco. Era apenas um homem medíocre, desejoso de ascender na carreira, que cumpria à risca o que o governo lhe determinava.

convenções e instituições e são chamados, pela situação, a reinventar a sociedade e o Estado, através de suas investigações, experimentações e discussões (CEFAI, 2013).

Nesse contexto, é fundamental construir as condições necessárias para que o problema em questão seja visto e percebido como de interesse público: as condições de publicidade. HENRIQUES (2017) e CALDEIRA (2017) destacam as condições da disponibilidade (estar visível para qualquer um) e da generalidade (ser capaz de envolver a todos).

No que se refere à dimensão da disponibilidade, ou da ampla visibilidade, MUQUIFU e NegriCidade já deram importantes passos. O MUQUIFU, pela originalidade, consistência e importância cultural de sua proposta e trabalho, vem recebendo reconhecimentos e prêmios nacionais e internacionais desde que foi criado<sup>12</sup>. Assim, ganhou ampla visibilidade midiática e tornou-se, efetivamente, um espaço cultural reconhecido tanto pelo circuito oficial dos museus e da cultura em geral, quanto pelo público. É grande o volume de visitas de grupos os mais variados, de pesquisas acadêmicas, de atividades de formação e debates envolvendo a iniciativa. Nada disso é gratuito. Desde o início, seu fundador, Padre Mauro, e o grupo que a ele se uniu, foram em busca de aliados nos mais variados setores – começando pela comunidade, passando por lideranças culturais e religiosas negras, e indo em direção a inúmeras instituições culturais e sociais, além da mídia e de esferas governamentais.

Identificar públicos estratégicos e agir de forma contínua para estabelecer, manter e ampliar os vínculos com tais públicos. O MUQUIFU desenvolve ações de comunicação a partir dessa premissa – que, há quase duas décadas, tem sido defendida pelos estudos e projetos em comunicação para a mobilização social realizados pela UFMG e pela AIC – Agência de Iniciativas Cidadãs<sup>13</sup> dedicados ao tema.

O NegriCidade, nos seus cinco anos de existência, também já deu importantes passos nessa dimensão da visibilidade. Como dissemos, a iniciativa desenvolve ocupações dos territórios negros de BH, como em 28.09.2019, quando realizou-se a terceira ocupação, que teve a presença de diversas lideranças dos movimentos negros e de instituições que atuam no resgate da Memória Negra da cidade. Outra atividade que é desenvolvida pelo MUQUIFU e pelo NegriCidade é um percurso étnico de resgate simbólico do Largo do Rosário: o percurso

---

<sup>12</sup> O MUQUIFU vivencia o dilema de muitas outras iniciativas populares da maior importância: o reconhecimento público não se traduz em recursos para a sobrevivência. Há inúmeras tentativas nessa direção, mas ainda sem grandes resultados.

<sup>13</sup> Sobre as pesquisas e ações em curso na UFMG, na AIC e na parceria das duas instituições, ver SILVA e HENRIQUES, 2022, capítulo 4. Sobre os conceitos basilares dos estudos e projetos, ver HENRIQUES, 2004.

“Caminhos do Rosário”, quando acontecem visitas mediadas no território que no passado era composto pela Capela do Rosário e pelo Cemitério da Irmandade dos Homens Pretos.

Essas ações geraram uma coalizão de expressivos grupos culturais e religiosos em torno da causa dos povos soterrados. Houve sensibilização da mídia e, finalmente, do poder público. Disso resultou a fundamental conquista do reconhecimento do Largo do Rosário como Patrimônio Cultural. Contudo, um tratamento efetivo da questão dos povos soterrados de BH exigirá uma estrutura robusta pesquisa, que terá que considerar diversos outros territórios e incluir, inclusive, equipamentos de investigação arqueológica não invasiva. É preciso identificar o que ficou sob o solo – especialmente, as pessoas sepultadas, que foram simbolicamente apagadas pelo asfalto.

A dimensão da generalidade, por sua vez, é muito mais complexa. O MUQUIFU, ainda que faça importantes reivindicações e denúncias em relação ao racismo expresso nos próprios conceitos de cultura e de patrimônio legitimados socialmente, não escancara a brutalidade da violência racista de forma tão intensa quanto o NegriCidade. Portanto, as duas iniciativas têm, evidentemente, capacidades muito diferentes de legitimação como causas de interesse da cidade de Belo Horizonte, do estado e do país.

Como dissemos, o MUQUIFU teve um reconhecimento instantâneo, e em seus mais de dez anos de vida se consolidou como uma referência cultural não só local, mas no cenário nacional. A experiência de visitar esse museu peculiar nos parece um fator importante para tal reconhecimento. A sensibilidade que reveste cada peça ali exposta é patente. Doado pela população das vilas e favelas, cada objeto tem uma história. Há uma preciosidade emocional que faz com que a experiência de visitá-lo seja muito marcante. A reação dos públicos tem mostrado isso ao longo dos anos.

O gosto de visitar o MUQUIFU é agri-doce: a ternura dos objetos doados com o mais profundo carinho pelas moradoras e pelos moradores do entorno convive com o desalento da instalação “Quartinho de Empregada”, cubículo escuro com objetos que indicam uma criança, ou alguém que não pôde ser criança, como habitante. Num outro ponto, o acervo “Presente de Patroa” reúne objetos quebrados, inúteis, estragados que, só por isso, viraram *presente* para as empregadas domésticas e faxineiras. Mas o gosto é agri-doce porque não se ganha um presente assim de maneira ingênua: como justiça poética, eles vão parar nessa seção do museu que é símbolo do racismo velado brasileiro.

E o gosto do MUQUIFU é especialmente doce na capela que fica à sua entrada, quando nos deparamos com a história de acontecimentos importantes da vida de Nossa Senhora associados a acontecimentos das mulheres pretas da comunidade – são delas as faces de Maria nos afrescos que foram criados, com muita participação coletiva, num processo que durou três anos. É doce, também, chegar ao segundo andar e nos deparamos com a exposição de longa duração “Uma Rainha na Favela”, que homenageia Dona Marta, ao mesmo tempo empregada doméstica e Rainha (junto com ela, todas as mulheres negras da Vila Estrela são homenageadas). Ao redor, estão objetos de dois grupos do Congado: Treze de Maio e Guarda de Congo da Vila Estrela.



Foto 1: Afresco – Igreja das Santas Pretas. Foto 2: Exposição “Uma Rainha na Favela”.  
Crédito das fotos: Acervo Muquifu.



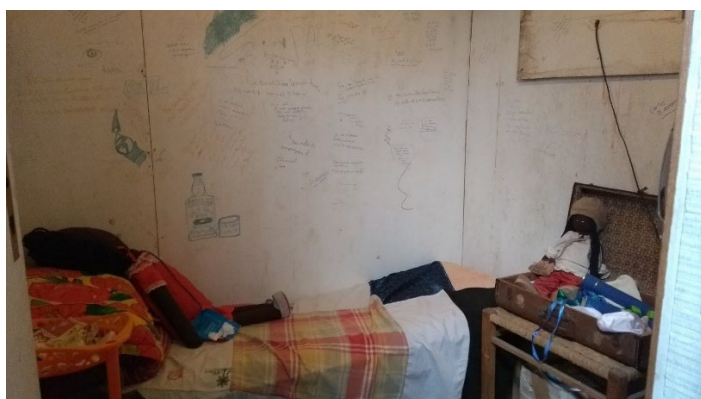


Foto 3: Piso térreo do Muquifu. Foto 4: Muquifoca (instalação itinerante).  
Fotos 5 e 6: Instalação “Quartinho de Empregada”. Fotos 7 e 8: Objetos do cotidiano doados ao acervo.  
Crédito das fotos: Acervo Muquifu.

Já o Negricidade quer expor vísceras. Denuncia uma brutalidade. Desse modo, encontra adesão de pessoas que compreendem que soterrar um povoado inteiro é algo inadmissível, se pensamos nossa humanidade em termos da dignidade de todas as vidas. Mas encontra, também, racismo, fundamentalismo, a velha reação “isso é *mimimi*, aposto que não foi isso tudo”. De todo modo, já é um alento o fato de que a iniciativa, até o momento, foi amplamente discutida e difundida nos meios da cultura, da pesquisa, dos movimentos sociais, e mesmo do poder público.

Nessa perspectiva, inclusive, o projeto teve um desdobramento bem interessante: pesquisas e denúncias de outros povos se somaram ao NegriCidade e, hoje, há um Fórum de Povos Soterrados em Minas Gerais, que busca adensar essa luta pelo direito dos povos pretos a fazerem parte da cidade, ao invés de serem soterrados por ela.

### Mobilização pelo sonho

A experiência acumulada na conquista do Registro do Largo do Rosário como Patrimônio Cultural serviu de estímulo para que, por meio do NegriCidade, partíssemos para o resgate do Alto da Boa Vista, outro território negro do extinto Arraial dos Pretos, atual Praça da Liberdade, na Cidade dos Brancos. No Alto da Boa Vista do Curral Del Rey, vivia uma senhora negra, Dona Maria, que foi expulsa e teve sua residência – uma *cafua* – demolida para a instalação da sede do governo do Estado. A obra *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*<sup>14</sup>, de Abílio Barreto, descreve uma imagem que seria a cafua de Dona Maria, localizando-a perto do prédio do atual CCBB: “Rancho velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe”. A mulher é conhecida até hoje no imaginário urbano como Maria Papuda.



Praça da Liberdade (Nova Capital, 1940)  
Alto da Boa Vista (Arraial, 1894)



Centro Cultural Banco do Brasil (Nova Capital, 1940)  
Cafuas e Capela de Santana (Arraial, 1894)

Também nas proximidades do Alto da Boa Vista, na Rua de Santana, havia a modesta Capela de Santana, uma edificação rústica e inacabada em meio à porção mais pobre do arraial. A demolição da capela pela Comissão Construtora, uma das primeiras ocorridas para que a *metrópole planejada* fosse erguida, deu-se ainda em 1894. Há relatos de que também teria sido demolida, no entorno da Capela de Santana, uma via sacra anteriormente construída pelo missionário Francisco de Coriolano. A sobreposição dos mapas do Arraial (1894) e de Belo Horizonte (1940) nos permite entender como parte dos territórios negros invisibilizados pelos processos discriminatórios e racistas da construção da nova capital coincide com a região da Praça da Liberdade.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=53259&codUsuario=0>. Acesso em 06 mar 2023.



O objetivo do NegriCidade é desvendar e dar visibilidade a territórios soterrados como esse. Já há parceria estabelecida com a Universidade de São Paulo para a realização de procedimentos de investigação arqueológica não invasiva na região do antigo Largo do Rosário. Só faltam os recursos para as despesas operacionais – e eles estão sendo buscados. Se ali forem encontrados restos mortais ou objetos significativos, vamos reivindicar que o asfalto seja quebrado. As documentações perdidas dos povos pretos também precisam ser recuperadas e o traçado das memórias delas precisa ser retomado.

Queremos ainda que um dos espaços culturais da Praça da Liberdade, cartão-postal de BH, tenha uma mostra com as casas, imagens reconstituídas, objetos e documentos das memórias que jazem abaixo dela. Queremos investigar vários outros espaços de Belo Horizonte. Além disso, em parceria com coletivos locais, estamos identificando povos soterrados em Santa Luzia, Ouro Preto e Divinópolis. É preciso revolver, também, essas terras – e tantas outras mais.

Queremos coisas que, ditas assim, todas juntas, podem parecer pura insanidade, pois ainda estão longe da concretização. Não são, contudo, ideias mais descabidas do que a de simplesmente aceitar esse assassinato da memória, que jaz logo abaixo dos nossos pés.

Apostamos que a memória florescerá. Mobilização social, em termos técnicos, é o conjunto de coisas que dissemos nesse artigo, nas páginas precedentes. Mas ela é, também, aquilo que imediatamente nos aproxima de Dona Jovem, preocupada com a saúde da vizinha que há dias não estende roupa no varal. Mobilização social é esse sentido de humanidade compartilhada do qual não se pode abrir mão. É em nome dele que, sabemos, se faz vital reparar o apagamento intencional das histórias negras do extinto Arraial do Curral Del Rey e de Belo Horizonte.

Os homens brancos apagaram tudo, para não deixar vestígios dos seus crimes. Os povos pretos não tiveram outra opção diante da vilania dos sinhôs e das sinhás do arraial e da capital. Resistir, para essa gente preta, nunca foi uma opção, pois, nas *cidades dos brancos*, só lhes restou resistir ou morrer.

*Se o Senhor não edificar e não guardar a cidade,  
em vão trabalharão os que a edificam. (Salmo 127, 1)*<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Salmo lido na festa de inauguração do ramal férreo e da fundação de Belo Horizonte em 7/9/1893.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa em um volume*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1983.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CALDEIRA, Jéssica Antunes. *Condições de publicidade em processos de accountability: uma análise a partir da Comforça de Venda Nova*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017 (dissertação de Mestrado)
- CARVALHO, Marcelo Santos. A cidade, símbolo da modernidade. Divinópolis: Fundação Educacional de Divinópolis, 2005. Monografia de graduação. Não paginada.
- CEFAI, Daniel. L'expérience des publics: institution et réflexivité. In: *EspacesTemps.net*. Travaux, 04.03.2013. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/lexperience-des-publics-institution-et-reflexivite/>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.
- COSTA, Fernando. [A ocupação do Arraial e da Capital]. Whatsapp: [Territórios Soterrados].
- HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, A.; OLIVEIRA, I.; LIMA, F. (Org.). *Comunicação Organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. v. 2. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2017.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. Peças da escravidão: objetos de tortura geram polêmica no Museu Mineiro; ESTADO DE MINAS, 09.09.2021. Consultado: 05.03.2023; Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/09/09/noticia-diversidade,1303272/pecas-da-escravidao-objetos-de-tortura-no-museu-mineiro-geram-polemica.shtml>
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MESTIÇA MENTE. *Uma incrível viagem 3D pela Belo Horizonte do século 19*. [https://youtu.be/n\\_mpe-7ffC8](https://youtu.be/n_mpe-7ffC8). Acesso em 06 março 2023.
- SANTOS, Erisvaldo dos. Belo Horizonte, 2019. Entrevista concedida a Marcelo Braga e registrada no documentário “Ocupação NegriCidade”, set. 2019.
- SILVA, Daniel Reis e HENRIQUES, Márcio Simeone (organizadores). *Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos*. Belo Horizonte: Autêntica / Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022.
- SILVA, Mauro Luiz da. Belo Horizonte, 2021. *NegriCidade e Afro-Patrimônio: Do Curral Del Rey a Belo Horizonte. Do Largo do Rosário para as favelas, a construção de uma cidade segregada*. Caderno ATempo: Histórias em Arte e Design; nº 5. Pg 194 a 249; Consultado: 05.03.23. Disponível: [https://pubhtml5.com/wfiu/aamm/Caderno\\_aTempo\\_Volume\\_5/219](https://pubhtml5.com/wfiu/aamm/Caderno_aTempo_Volume_5/219)